

## O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO ÍNDIO E LOCALIZAÇÃO DE TRABALHADORES NACIONAIS (SPILTN): CONTEXTO E PRECEDENTES NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XX

*The Service for the Protection of Indigenous Peoples and Placement of National Workers (SPILTN): Context and Precedents in the First Decade of the 20th Century*

Helena Azevedo Paula de Almeida

Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, Ouro Preto, MG, Brasil

### Resumo

O presente trabalho pretende apresentar o contexto histórico que antecedeu a institucionalização do primeiro órgão federal com o objetivo de promover a proteção à vida dos povos indígenas no Brasil. O Serviço de Proteção ao Índio de Localização de Trabalhadores Nacionais foi criado em 1910, porém os anos anteriores foram de intensos conflitos que giraram em torno do bem-estar dos povos indígenas, incluindo denúncias internacionais de genocídio. Considera-se aqui, especialmente, os trabalhos de Manuela Carneiro da Cunha, José Mauro Gagliardi e Antônio Carlos de Souza Lima para questionar as abordagens sobre o período a partir de uma perspectiva de história pública.

**Palavras-Chave:** Indígenas; Primeira República; SPILTN; História Pública.

### Abstract

This paper aims to present the historical context that preceded the institutionalization of the first federal bureau with the objective of promoting the protection of the lives of indigenous peoples in Brazil. The “Serviço de Proteção ao Índio de Localização de Trabalhadores Nacionais” was created in 1910, but the previous years were marked by intense conflicts that revolved around the well-being of indigenous peoples, including international accusations of genocide. The work of Manuela Carneiro da Cunha, José Mauro Gagliardi and Antônio Carlos de Souza Lima are considered here in order to question the approaches of the period from a public history perspective.

**Keywords:** Indigenous Peoples; First Brazilian Republic; SPILTN; Public History.

## INTRODUÇÃO

*É como se tivessem elegido uma casta, a humanidade, e todos que estão fora dela são a sub-humanidade. Não são só os caiçaras, quilombolas e povos indígenas, mas toda vida que deliberadamente largamos à margem do caminho. E o caminho é o progresso: essa ideia prospectiva de que estamos indo para algum lugar.*

*Ailton Krenak.*

É importante iniciarmos delimitando como trabalharemos com a institucionalização do Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), pois não é objetivo do presente trabalho fazer exatamente uma análise da atuação do órgão ou mesmo uma história institucional. Pretendemos entender as premissas que impulsionaram a criação do órgão e, a partir disto, compreender como se configuraram algumas das interpretações sobre os indígenas naquela sociedade e naquele momento. Também é fundamental apontar que, assim como qualquer instituição, esta foi formada por pessoas com os mais diferentes objetivos e percepções, devendo salientar a heterogeneidade das ações e orientações realizadas pelo e a partir do SPILTN. Mas mais precisamente, é preciso questionar a “(...) repetição monocórdia de uma só versão, sobretudo no que se refere ao período de instituição da ação do Estado Nacional frente aos povos indígenas” (Souza Lima, 1986, p. 154), já que falamos de um período em que se projeta a construção de uma identidade nacional republicana.

Dito isso, convém fazer uma apresentação geral do contexto histórico que se configurava na Primeira República, visto que o início do século XX foi um período de grande efervescência nos debates americanistas em relação aos povos indígenas. Da mesma forma é importante destacar como se deu a construção e a “legitimização” do que seria a nação brasileira e, junto a ela, um projeto de identidade nacional que ressoasse em uníssono.

A Primeira República se inicia no século XIX, o único na história brasileira a passar por três regimes políticos diferentes: Colônia em seu início, seguido do Império que, por sua vez, finalizou com a Proclamação da República em 1889. Desde o século XIX intensificam-se adentramentos ofensivos no território com a constante preocupação de fixação de populações não-indígenas, incluindo, desde a década de 1870, os imigrantes europeus, além da ampliação das fronteiras agrícolas, já que “as áreas de colonização antiga contrastam com frentes de expansão novas. O Sudeste e, um pouco mais tarde, a Amazônia, conhecem uma riqueza inédita” (Cunha, 2006, p. 133).

Este vínculo evidente do ideal de riqueza, ligado à terra, deve ser destacado. O Brasil republicano se expandia economicamente no mercado internacional “e tudo isto condicionado e estimulado pelo amplo liberalismo econômico que proporcionava a todos os países e povos da terra uma (...) [suposta] equitativa oportunidade comercial. Como resultado disto, alargavam-se os mercados para as matérias-primas e gêneros alimentares tropicais de países como o Brasil”, em que se destaca o exemplo do café (Prado Junior, 1945, p. 154).

Aqui, relacionados aos indígenas, interessa-nos destacar alguns pontos negativos naquele momento no qual se colocará o “progresso” e a certa “nação” como horizontes fundamentais. A saber: 1) a tomada de terras para expansão das fronteiras agrícolas, uma questão que se arrasta por todo o século XX, até as mais recentes tentativas de reforma agrária e demarcação de Terras Indígenas (TIs); 2) a manutenção e segurança dos caminhos, incluindo fluviais, para o escoamento da produção, e isto desde o período colonial<sup>1</sup>; 3) a mão de obra que não era mais focada apenas nos grupos indígenas ou povos negros escravizados, como veremos à frente; 4) a construção da nação brasileira e de sua identidade única; e 5) a visão da administração governamental sobre os grupos étnicos presentes no território nacional e sua relação com (e na) esfera pública.

Essa noção de “progresso”, muito vinculada aos positivistas do período, deve ser apontada com destaque, visto que seu eco ainda permanece hoje. É a partir da noção de “progresso” que ataques sucessivos foram feitos (e ainda são) não só contra os povos indígenas, mas também contra povos quilombolas, ribeirinhos, caiçaras e quaisquer outros povos tradicionais. Assim, é importante salientar que a própria ideia de progresso:

(...) tem sido o pretexto para legitimar as agressões internacionais. Assim sendo, o Brasil poderia transformar-se em vítima de uma nação imperialista da Europa que se julgasse superior à brasileira. Nesse caso, a melhor defesa seriam os descendentes dos índios e negros, pois já haviam dado exemplos de heroísmo durante a invasão holandesa e na guerra do Paraguai (Gagliardi, 1989, p. 73).

---

<sup>1</sup> O caso de construção da “Guerra ofensiva aos Botocudos antropófagos” como já evidenciou Maria Hilda Baqueiro Paraíso, em “Tempo da Dor, Tempo do Trabalho” (1998), nos mostra que para deter o poder sobre os domínios fluviais, que eram terras originárias, a Coroa portuguesa foi capaz de desencadear genocídios que perduraram por anos e que, infelizmente, colhemos consequências culturais ainda hoje. A ideia de indígenas antropófagos no Vale do Rio Doce, é uma dessas consequências.

É a partir dos pontos mencionados acima que debates acalorados são travados no início do século XX. O Brasil se encontrava em uma tensão constante entre os não-indígenas e os povos originários. Em São Paulo, por exemplo, os conflitos com o povo Kaingang se intensificavam, como aponta José Mauro Gagliardi:

Em meados de 1901, um padre tentou contatar os índios “coroados” (como os Kaingang eram conhecidos na região), atrevendo-se a penetrar em seu território descendo o misterioso rio feio, outra incógnita nas cartas geográficas da época (...). mas cometeu um erro fatal quando recrutou um grupo de índios Guarani, aldeados próximo de Bauru, para acompanhá-lo na incursão. Alguns deles haviam participado de perseguições e emboscadas preparadas para os “coroados” ao lado de pessoas especializadas nessa prática, os conhecidos “bugreiros” (Gagliardi, 1989, p.63-64).

É preciso destacar alguns pontos do desenrolar da história mencionada na última citação, a começar por mais uma generalização dos povos indígenas. O termo “Coroados” é um termo próprio à língua portuguesa e faz referência ao corte de cabelo dos homens que constituíam os mais diferentes grupos étnicos. Assim como já amplamente evidenciado sobre a nomenclatura “Botocudo”<sup>2</sup>, “Coroados” também é utilizado de forma pejorativa, silenciando e negando a diversidade cultural desses povos em uma narrativa unificadora e preconceituosa: o termo “passou a designar toda a tribo que utilizasse um corte de cabelo característico que lembrava uma coroa.

No Rio de Janeiro o nome Coroados foi generalizado a todos os selvagens que se distinguiam pela maneira de cortar o cabelo” (Oliveira, 2015, p. 10). Tanto os “Botocudos” quanto os “Coroados” se referiam a povos pertencentes ao tronco linguístico Jê, ou seja, não pertencentes ao tronco linguístico Tupi. A associação dos povos “não-Tupi” à barbárie é uma constante na trajetória histórica feita sobre os indígenas no Brasil, classificando-os como povos eternamente “bravios” e incapazes de pertencerem àquela sociedade em construção, como também já nos explicou John Monteiro (Monteiro, 2001).

Outro ponto que merece destaque é a aproximação de dois povos (Guarani, pertencente ao tronco linguístico Tupi, e “Coroados”) que já tinham um histórico conflituoso.

---

<sup>2</sup> Botocudo, se origina do termo em português “botoque”, que são rolhas antigamente utilizadas para lacrar barris para a locomoção de vinhos e azeites. O termo foi utilizado pela aparente semelhança entre os botoques e os adornos auriculares, nasais e bucais que aqueles indígenas utilizavam. Um termo que foi utilizado no intuito de depreciá-los.

Era recorrente colocar, para que interagirem entre si, povos em disputas e mesmo em guerras tradicionais, intensificando ou mesmo criando assim, inimigos mortais: uma estratégia recorrente do colonizador para desestabilizar as estruturas sociais já existentes entre os povos indígenas (Todorov, 2014). A finalização da história do padre, mencionada na citação, é a de sua própria morte com mais dois indígenas Guarani que o acompanhavam. Esse é apenas um exemplo desse tipo de conflito que acontecia em outras partes do país<sup>3</sup>.

Também tínhamos um outro tipo de conflito recorrente: o de povos indígenas contra os não-indígenas. Mas de onde o conflito se originava? Como vimos anteriormente, existiu (e ainda existe) a constante construção de determinados estereótipos sobre os indígenas no Brasil. Dentre estes preconceitos, um que se destaca com veemência é o da “selvageria”. Esta premissa era (e é) encarada como “lógica”, respaldada por determinado debate científico estritamente racialista. Assim, os povos originários eram constantemente acusados de ataques, tanto por declarações vinculadas aos governos, quanto por manifestações na esfera pública.

Perseguições, massacres, raptos e estupros eram realizados em prol daquele “progresso”, o que precisa ser relacionado com a reflexão de Edgar Morin que destaca como o termo “barbárie” se volta contra quem o profere e acaba revelando e mesmo provocando a face “bárbara” de quem se comprehende superior, escraviza e mata em nome de si mesmo. Ou mais especificamente, do que comprehende ser “a civilização”, já que “engendra deuses cruéis, que, por sua vez, incitam os seres humanos à barbárie. (...) Além disso, a técnica traz com ela a sua própria barbárie, uma barbárie do cálculo puro, fria, glacial, que ignora as realidades afetivas propriamente humanas” (Morin, 2009, p. 13).

Ao fim, a voz de maior peso, a não-indígena, era ouvida pela sociedade, excluindo os ataques prévios que os colonizadores e, agora, o governo republicano exerciam contra aqueles grupos. É essa voz que ressoa na esfera pública através de publicações nos periódicos do período. Os ataques indígenas ocorriam, mas majoritariamente por defesa de seus territórios, de seus corpos, de seus corpos-território. E isto ao longo de uma trajetória de longa-duração marcada por violências múltiplas e, assim, “(...) haviam aprendido, na própria carne, a fugir desses contatos e hostilizar todas as tentativas de penetração de seu território”

---

<sup>3</sup> Outro exemplo de inimigos tradicionais são os Krenak e os Maxacali, em Minas Gerais (Paraíso, 2006). Ainda é necessário ressaltar que a exploração colonial (portuguesa e espanhola) aproveitava dos conflitos e da estrutura existente no sistema administrativo local (Watchel, 1979).

(Ribeiro, 1970, p. 85). Ao mesmo tempo em que se podia acompanhar uma série de ataques aos povos indígenas (ataques físicos e intelectuais), ocorria também uma crescente defesa por suas vidas:

Houve certa reserva política antes da criação do referido órgão [o SPI]. Essa postura foi revertida graças a uma campanha organizada pela imprensa através de relatos de chacinas cometidas contra os indígenas, os quais eram acompanhados sempre de pedidos de providência. A partir daí, as descrições das carnificinas se avolumaram, levando adeptos a fundarem associações pró-índio. Por fim, empolgou as classes cultas do país. Isso fez com que o índio se tornasse assunto na imprensa, nas revistas especializadas, instituições humanitárias e reuniões científicas (Munduruku, 2012, p. 31).

Foi assim que o Brasil ganhou certo destaque no XVI Congresso Internacional de Americanistas, sediado em Viena no ano de 1908. O país se encontrava num momento de grande violência em relação aos diversos grupos indígenas. A população não-indígena, a rigor, entendia que estava sofrendo ataques desde o período colonial, ignorando os ataques anteriores aos povos originários. O recém instaurado governo republicano ainda se omitia sobre a questão, mesmo com o destaque sobre a situação do povo Kaingang de São Paulo que teve “importância estratégica na história das relações entre brasileiros e indígenas” (Ritz-Deutch, 2015, p. 22). A tensão crescia e, nesse ínterim, inúmeros pesquisadores como Paul Ehrenreich (1855 – 1914) e Franz Heger (1853 – 1931) visitavam o Brasil para pesquisar fauna e flora, como já ocorria desde a abertura da colônia às “nações amigas”, em janeiro de 1808. Dentre os pesquisadores mais recentes, para o período aqui abordado, destaca-se a figura de Alberto Vojtech Frič, representante do Real e Imperial Museu Etnográfico de Berlim.

#### SOBRE A NECESSIDADE DE UMA DEFESA DOS POVOS INDÍGENAS

Frič proferiu conferência polêmica em Viena, no ano de 1908, afirmando que o que ocorria no Brasil era um verdadeiro genocídio dos povos indígenas. É importante destacar que se acreditava, naquele momento, que os povos indígenas estivessem em decréscimo numérico e com poucos remanescentes numa comparação com os milhões de indivíduos do período pré-cabralino. Assim, temos três pontos que se destacam na visão geral sobre os indígenas aqui: 1) o seu decréscimo numérico, argumentação constante para enfatizar que eles estariam fadados ao desaparecimento; 2) a degeneração associada à miscigenação, pois

não seriam mais “de fato” indígenas; e 3) certo arquétipo de que eram infantis e que teriam, portanto, a necessidade de acompanhamento, diretamente relacionado à crença em um estágio evolutivo inferior. Essas ideias eram intensamente disseminadas, divulgadas e implementadas em um certo imaginário social, e são importantes para o entendimento dos eventos vindouros.

Neste sentido, Alberto Frič, que na época tinha por volta de seus 25 anos, iniciou o discurso em Viena...

(...) denunciando e responsabilizando os colonizadores brasileiros e europeus pelo extermínio das poucas tribos indígenas que ainda restavam no Brasil. Dizia que a população nativa estava sendo dizimada por atos de escravidão, rapto e assassinato, que eram praticados na região das florescentes colônias do sul do Brasil. Nessa região, afirmava, alguns especuladores haviam comprado por um preço irrisório grandes quantidades de terra que eram habitadas por índios hostis, defendendo-as, após terem eliminado a ameaça indígena, com lucros de 1500% (Gagliardi, 1989, p. 70).

Essas terras tomadas dos indígenas, como se pode perceber, eram redirecionadas aos imigrantes europeus que chegavam ao Brasil, configurando assim verdadeiros cenários de guerra. Existe ainda no Brasil o senso comum de que o “povo brasileiro” – esse povo de identidade única - seria pacífico, e isto com o objetivo evidente de manter uma população continental passiva. No entanto, a trajetória histórica do Brasil é permeada de conflitos intensos e a própria guerra genocida contra os povos indígenas faz parte desse cenário. É importante ressaltar que tanto na Europa quanto no Brasil...

(...) uma certa ideia moderna de nação passa a ser implementada: integração de etnias diferentes através da educação, laicidade, meios de comunicação, desenvolvimento de estradas e ferrovias, mas também, não se pode esquecer, de guerras. As guerras integram, pelo ódio comum contra o inimigo, as etnias mais diversas numa comunidade patriótica (Morin, 2009, p. 27/28).

Para Frič, esses cenários só poderiam ser reconfigurados mediante a intervenção do governo brasileiro, a partir da proteção dos povos originários e com a devolução das mulheres e crianças raptadas nessas ofensivas. Apesar de eloquente e necessário, tal discurso não teve

grande repercussão no Brasil, sendo, por sua vez, muito debatido no exterior<sup>4</sup>. No entanto é necessário destacar que, para alguns autores estrangeiros, como David Hall Stauffer, Gabi Kathöfer e Ute Ritz-Deutch, há uma predileção em destacar este discurso como catalizador e que teria dado origem ao plano inaugural do SPILTN<sup>5</sup>. O que deve ser ressaltado é que o debate sobre a situação dos indígenas no Brasil ganhou destaque nas mídias:

A controvérsia foi profundamente embebida na circulação transatlântica de ideias e mediada por meios de cartas pessoais e oficiais, comunicados na imprensa e panfletos políticos, artigos em jornais e também em revistas científicas, além de apresentações em congressos nacionais e internacionais. Os atores frequentemente articulavam os interesses dos imigrantes alemães assim como destrutivos aos interesses dos povos indígenas. Em outras palavras, a proteção indígena era debatida em amplo embasamento da construção de identidade étnica, na qual alemães no Brasil foram usados para argumentar a favor e contra a proteção dos povos indígenas no Brasil (Ritz-Deutch, 2015, p. 23).

Talvez o discurso de Frič tenha de fato intensificado ações que culminaram na criação do SPILTN, mas isso apenas depois de intenso debate realizado, também no eixo Rio de Janeiro – São Paulo, ou, mais especificamente no Museu Paulista e no (versus) Museu Nacional<sup>6</sup>. Um exemplo disto foram os debates travados por José Veríssimo, expoente importante da crítica literária e da educação no Brasil e autor do livro “Educação Nacional” (1890), no 1º Congresso Brasileiro de Geografia (1909), no qual defendeu:

O indígena quando olhado pelo prisma do alcance da civilização através da educação transforma-se em um indivíduo permeável a mesma. Essa percepção de permeabilidade do indivíduo indígena à civilização está presente tanto em Educação Nacional (1890), como também no SPILTN, que visava através do poder tutelar desse órgão transformar o indígena em trabalhador agrícola (Castilho, 2011, p. 1).

---

<sup>4</sup> A conclusão do Congresso foi que “embora a causa do índio atraísse a simpatia dos americanistas, a proposta sugerida por Frič pertencia à esfera governamental, e não a um congresso científico; e considerou o assunto encerrado” (Gagliardi, 1989, p. 71).

<sup>5</sup> Destaca-se a publicação do “O Jornal do Comércio”, do dia 16/9/1908: “O Congresso dos Americanistas aprovou por aclamação a proposta do delegado Frič, de enviar ao Governo do Brasil uma representação, pedindo que seja abolida a escravidão dos índios no Estado de Santa Catarina” (Gagliardi, 1989, p. 71).

<sup>6</sup> É importante observar que, os debates para a criação de um órgão dedicado a pensar a presença indígena no Brasil já existia. Como defende Antônio Carlos de Souza Lima em “Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado do Brasil”, de 1995.

Percebe-se na passagem acima como a relação entre os debates travados em relação aos povos indígenas se relacionavam diretamente com o projeto de “civilização”, com a marcha pelo “progresso” e, por isso, também com a educação. Dessa forma, as disputas ora a favor, ora perseguindo os povos originárias, eram articuladas e ideologicamente orientadas a partir das percepções voltadas aos projetos republicanos.

Dentre esses atores, destaca-se Hermann von Ihering, diretor do Museu Paulista e grande opositor e crítico dos indígenas no país. Atuante no campo zoológico, o diretor publicou uma série de artigos em revistas científicas e jornais de grande circulação “atestando” supostamente a degeneração dos indígenas no Brasil e, por consequência, a sua incapacidade de pertencer à “nação” brasileira. Em publicação na Revista do Museu Paulista (1895 – 1938), em que também era editor<sup>7</sup>, von Ihering afirmou que:

Os atuais índios do Estado de S. Paulo não representam um elemento de trabalho e de progresso. Como também nos outros Estados do Brasil, não se pode esperar trabalho sério e continuado dos índios civilizados e como os Kaingangs são um empecilho para a colonização das regiões do sertão que habitam, parece que não há outro meio, de que se possa lançar mão, se não o seu extermínio (Von Ihering, 1907, p. 215, grifo nosso).

É importante frisar que essa afirmação vinha do diretor do Museu Paulista, uma das instituições brasileiras responsáveis pela produção de ciência no Brasil. Sua palavra tinha autoridade e destaque perante a sociedade (ao menos na parcela letrada), o que intensifica a gravidade de tal afirmação. A publicação ganhou repercussão na época, recebendo comentários de outras figuras importantes do meio, e se estendeu aos jornais mais populares, com respostas de Sílvio de Almeida no O Estado de São Paulo, Luís Bueno Horta Barbosa no Jornal do Comércio e Domingos Sérgio de Carvalho, diretor da seção de Antropologia do Museu Nacional, também no Jornal do Comércio (Gagliardi, 1989, p. 71 – 75).

O presente trabalho não se aterá aos pormenores da polêmica desencadeada a partir das duas instituições de referência científica daquele período, pois isto já foi detalhado por Antônio Carlos de Souza Lima (1989). No entanto, é importante dizer que Sérgio de Carvalho era, então, professor da quarta seção de Antropologia, Etnologia e Arqueologia do Museu Nacional, e que também tinha como assistente a figura de Edgar Roquette-Pinto. Dentre os

<sup>7</sup> Destaca-se que é possível encontrar, nessa mesma edição, 7 textos de von Inhering, de um total de 11 textos publicados no mesmo exemplar. Outros 2 textos são de autoria de seu filho, Rodolpho von Inhering.

representantes da Instituição, Carvalho foi um dos que se destacaram em relação à realização de uma resposta pública à von Inhering, já que o Museu não via de bom grado “envolver-se em assuntos não estritamente científicos, [enquanto] Sérgio de Carvalho pensava, de acordo com sua posição, que tal não poderia passar intocado” (Souza Lima, 1989, p. 15)<sup>8</sup>.

Destaca-se a repercussão em tais jornais relacionando a querela ao debate público sobre os indígenas, ou seja, o debate científico em revistas especializadas e a movimentação deste certame em jornais de ampla circulação, promovendo e intensificando diretamente a circulação de tais ideias, voltadas para a constituição de políticas públicas. Esse deslocamento do debate se relaciona também à recepção da querela pela parcela da sociedade alfabetizada que, por sua vez, se organiza com base em compreensões a partir de percepções do Movimento Romântico, assim como propostas pejorativas, fundamentadas também em Adolfo de Varnhagen, construídas ao longo do século XIX<sup>9</sup>. A mobilização de determinados discursos na esfera pública consegue potencializar certas diretrizes que também são governamentais. Neste sentido, a mídia era parte constituinte da esfera pública, considerada por Jürgen Habermas como a terceira instituição da modernidade (Habermas, 2014). Dessa forma, ao lado do Estado e do mercado, o espaço da esfera pública:

(...) situado entre a sociedade civil e o Estado, caracterizado pela discussão livre e racional, no qual as opiniões legitimar-se-iam não mais a partir de fatores sociais externos – como poder, riqueza e prestígio-, mas mediante a mobilização de argumentos racionais sustentados em meio à discussão pública. A esfera pública, segundo Habermas, teria se configurado a partir das reivindicações em torno dos direitos civis e políticos (...) em uma época atravessada pelo fortalecimento da burguesia, pela expansão do capitalismo e pelo crescimento das cidades (Perlatto, 2018, p. 40).

Devido a isto, destacamos a importância da querela entre tantos autores contra von Inhering, tanto no que tange às narrativas mais facilmente disponíveis sobre os indígenas (por exemplo, através da literatura), como também as narrativas mais voltadas à uma autoridade

<sup>8</sup> Em tabela confeccionada por Lilia Moritz Schwarcz, pode-se perceber que entre os anos de 1905 e 1915 não foram identificados artigos científicos publicados na Revista “Archivos do Museu Nacional”, e isto em relação às áreas de Antropologia ou Arqueologia, (2016, p. 95).

<sup>9</sup> A querela estabelecida entre Varnhagen e Gonçalves de Magalhães, por exemplo, é outra situação que pode-se trazer para demonstrar a ampliação dos debates em ambiente especializado, e que ganham proporção tamanha adentrando o debate público em favor e contra os povos indígenas. Para leitura detida, consultar o texto “Gonçalves de Magalhães em Defesa dos Povos Indígenas no Brasil: uma querela contra Varnhagen em “Os indígenas do Brasil perante a História” (Paulo de Almeida, 2020).

“científica”. Destaca-se que essas possibilidades de narrativas não estavam (e não estão) isoladas, mas em diálogo e disputa, em uma circularidade de ideias (Palti, 2014). A própria ideia de ciência, no que tange aos aspectos étnicos da população, também faz referência às doutrinas raciais (e racialistas) desenvolvidas principalmente a partir de 1870. É neste momento que o evolucionismo, o infame darwinismo social e também o positivismo ganham força, destacando-se na primeira metade do século XX (Mercier, 1974). Assim, ressalta-se que as querelas desenvolvidas contra o que havia defendido von Inhering trazem à tona...:

(...) as leituras mais contemporâneas sobre o período, [acarretaram] uma percepção por demais unívoca e mesmo coincidente de todas essas tendências. Tais modelos, porém, foram utilizados de forma particular, guardando-se suas conclusões singulares, suas decorrências teóricas distintas. Dessa forma, se a noção de evolução social funcionava como um paradigma da época, acima das especificidades das diferentes escolas, não implicou uma única visão da época, ou uma só interpretação (Schwarcz, 2016).

Esta posição enfatiza, portanto, as múltiplas tensões sobre o debate acerca da presença indígena, e como eles seriam vistos e “inseridos” na sociedade brasileira. Assim, a escrita de von Inhering evidencia a:

sua posição claramente de acordo com os paradigmas da ciência da época. Como outros autores, ele estava preocupado com a **degenerescência da “raça indígena” quando em contato e “mísicigenada”**. Afinal, misturados aos portugueses, seriam de má influência - talvez o **“caboclo indolente”** - e o “tipo puro” era perigoso para o desenvolvimento da colonização (Souza Lima, 1989, p. 17, grifo nosso).

Essa percepção de transmutação do indígena no “caboclo” faz parte de um imaginário decorrente também de sucessivas tentativas de aculturação<sup>10</sup>. Aqui se faz necessário tecer algumas palavras sobre esta premissa enquanto método. Nathan Watchel argumenta que os estudos sobre a aculturação “foram desenvolvidos no campo da etnologia, [e] situam-se à primeira vista numa perspectiva histórica, orientada para o estudo da evolução e da mudança” (Watchel, 1979, p. 113). Salienta-se, então, alguns pontos problemáticos na utilização do conceito, a saber: 1) a ideia de que a transformação cultural está associada à noção de “perda”

<sup>10</sup> A ideia de transmutação do indígena em caboclo foi mais conceitualizada em “Nossa Terra é Indígena: sobre terras originárias e a metamorfose de seus povos em *caboclos*” (Paulo de Almeida, 2022).

cultural; 2) a contraposição da heterogeneidade cultural dos povos indígenas frente à idealização de uma cultura indígena única e imutável; e 3) a aproximação dos termos “miscigenação” e “branqueamento” social.

## OS DEBATES SOBRE QUEM SÃO OS INDÍGENAS

É fundamental apontar que a ideia de “perda cultural”, intensificada no período, foi sendo construída a partir das prerrogativas da chamada civilização: para pertencer àquela sociedade em formação era necessário abandonar o modo de vida tido como “selvagem”, e necessariamente das matas<sup>11</sup>. Neste sentido, estas tentativas de aculturação, que também fazem parte da miscigenação e abandono/invisibilização das culturas maternas indígenas, vai criando o arquétipo de um cidadão de segunda ordem. São as culturas maternas as abandonadas, visto que em uma sociedade machista e patriarcal, é a mulher que recebe o nome do marido; é a mulher que não coloca o nome da família no filho.

No que se refere à linhagem materna indígena, a violência é ainda pior, visto que se trata sempre dá ancestral feminina, sem nome, sem povo, esquecida até o grau de parentesco: não se sabe se é a avó, a bisavó ou a tataravó pega no laço. Se omite e até muitas vezes se naturaliza a violência de ter tido uma parente sequestrada de sua família; amarrada como gado; tratada pior que um animal; estuprada; forçada a casar com o próprio estuprador; condenada a gerar e parir seus filhos. Os corpos indígenas, e mais especificamente, das mulheres indígenas, se inicialmente foram vistos como sem o “pecado” da vergonha, ao longo da colonização passam a ser encarados como sujos e violáveis. A violência contra as mulheres indígenas, é assim, invisibilizada e naturalizada histórica e historiograficamente:

Já que os corpos dos índios são “sujos”, são considerados sexualmente violáveis e “estupráveis”, e o estupro de corpos considerados inherentemente impuros ou sujos simplesmente não conta. Por exemplo, quase nunca se acredita no relato de prostitutas quando dizem terem sido estupradas, porque a sociedade dominante considera o corpo de profissionais do sexo como não sendo merecedor de integridade e admissível de violação a qualquer momento. Da mesma maneira, a história de mutilação dos corpos

---

<sup>11</sup> Cumpre-se dizer que não se via (como, muitas vezes ainda não se vê) indígenas em outros espaços que não o idealizado como o das matas. Naquele momento de primeira república, a idealização daqueles povos era vinculada entre os corpos indígenas e o espaço das florestas. Qualquer situação que fugisse dessa configuração, já era considerada como “aculturada”.

dos índios, tanto vivos quanto mortos, deixa claro que os indígenas não são merecedores de integridade física (Smith, 2014, p.199).

Vale mencionar que, considera-se nesse trabalho a transformação da população indígena em trabalhadores agrícolas, como uma realidade própria das regiões rurais e adjacentes ao perímetro urbano. Essa transformação acontecia também nos espaços urbanos, dada as devidas diferenças. Nas grandes cidades da Primeira República, como São Paulo, a presença indígena era ainda mais intensamente camouflada na população tida como parda, cabocla, curiboca. Casé Angatu, em “Nem tudo era Italiano: São Paulo e pobreza (1890 – 1915)”, demonstra como se constituía a população trabalhadora da cidade em uma “cadêncio de modas indígenas e africanas”. O serviço doméstico, por exemplo, realizado majoritariamente por mulheres, se baseava em atividades que eram:

Desmerecidas em decorrência do modo de vida das pessoas que as desempenhavam, julgado como periférico para as áreas vistas como importantes da vida econômica da cidade. (...) [Percebe-se] esse menosprezo e a marcante presença da parcela nacional, ao tratarem de uma das mais antigas tradições da Paulicéia: as ama-de-leite e as criadeiras, no caso as contratadas pela Santa Casa de Misericórdia: “Outra participação do caboclo na existência ainda recente da cidade se fazia pelo sistema das amas ou criadeiras” (Angatu, 2017, p.151).

Percebe-se na passagem acima como o trabalhador “caboclo” estava presente na realidade da São Paulo republicana, ou seja, o trabalhador indígena invisibilizado. Este, por sua vez, precisava se relacionar com essa pressão no sentido da invisibilização de suas origens, seus antepassados e sua própria história com o intuito de sobreviver em uma sociedade que se esforçava em negar e mesmo exterminar os povos originários no Brasil. Assim, o “caboclo”, termo definido na época pela “cor acobreada” era visto como sinônimo de “mestiço”, e poderia ser chamado de “carijó” (Figueiredo, 1913, p. 327), que, por sua vez, também era uma referência ao povo Carijó, originalmente da região da Baía dos Patos, no Rio Grande do Sul, e que foi incorporando outros povos em seu grupo, no percurso de seu êxodo forçado<sup>12</sup>. O caboclo, ou carijó, herdando os arquétipos pejorativos impostos aos indígenas, também era atacado por von Inhering. Dessa forma, os povos indígenas, organizados em aldeias, eram

<sup>12</sup> O termo “carijó”, ao longo do período colonial, também passou a fazer referência à generalização e invisibilidade indígena decorrente dos registros coloniais. Esses indígenas, generalizados a partir do termo carijós, foram sujeitados à travessia de grandes espaços até a região de Ouro Preto e Mariana, em Minas Gerais, como apontam Ana Paula de Paula Loures de Oliveira (2010) e Renato Pinto Venâncio (1997).

perseguidos por suas terras, enquanto os descendentes desses povos, perseguidos pelo etnocídio, pelo branqueamento, se viam muitas vezes obrigados a se afastarem maximamente de suas ancestralidades, em vista de sobreviverem em uma sociedade que queria extinguí-los.

Deve-se ressaltar aqui que, partindo do binômio Tupi versus Tapuia, os primeiros seriam a ascendência dos “degenerados miscigenados” e o segundo os eternos bravios, impossíveis de serem “civilizados” – ambos provindos de uma ardilosa homogeneização dos mais diversos grupos étnicos (Monteiro, 2001). Assim, von Inhering relaciona a “mestiçagem” como parte da “degeneração” indígena (considerando a mitologia de uma “identidade indígena única”), já que:

(...) por esta minha descrição dos índios, que atualmente vivem no Estado de São Paulo, torna-se evidente que eles perderam a maior parte de seus antigos usos característicos. Em geral os índios catequizados, que estão domiciliados nas aldeias deste Estado, não oferecem nenhum interesse etnográfico e aqueles que a este respeito são dignos de atenção levam uma vida retirada e são inacessíveis, tornando-se perigosos à escassa população civilizada do sertão (von Ihering, 1908, p. 216).

Perante a posição intensamente negativa de von Inhering e de tantos outros, via-se o indígena com este duplo aspecto pejorativo: se são indígenas miscigenados, os “caboclos”, não oferecem interesse à etnologia, mas se são indígenas “originais”, são um risco à população. Mas ao passo que o diretor do Museu Paulista se retirava do debate público, a ser retomado por ele apenas em 1911, já com a instauração do SPILTN, aparece outra figura de referência. O então tenente-coronel Cândido Mariano da Silva Rondon que desde 1890 esteve envolvido com a expansão das linhas telegráficas para o interior do país. Este personagem, por sua vez, em telegrama ao Jornal do Comércio, em 11 de fevereiro de 1908, iria dizer a respeito das publicações de von Inhering: “é a eterna luta do feroz egoísmo contra as nossas aspirações altruísticas” (Rondon Apud Gagliardi, 1989, p. 76).

## CONCLUSÃO

Finaliza-se aqui destacando que o texto se dedicou a compreender o contexto histórico da institucionalização do Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais, como primeira instituição federativa organizada em favor dos povos originários.

Em um momento histórico orientado por um projeto nacionalista, os povos indígenas foram, ao mesmo tempo, alvo de desterrados e heróis de um passado nacional; vítimas de genocídio e algozes de fazendeiros; tidos como invasores de suas próprias terras. E ao mesmo tempo que as oscilações permearam a trajetória do referido órgão, tais precedentes também não deixaram ou intimidaram as transformações que os movimentos indígenas do século XX, iriam trazer para as leis indigenistas e para o país.

## REFERÊNCIAS

- ANGATU, Casé (Carlos José Ferreira dos Santos). *Nem tudo era Italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)*. São Paulo: editora Annablume, 2017.
- CASTILHO, Mariana Moreno. José Veríssimo e o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN): os limites da permeabilidade do indígena no corpo nacional. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *História do Índio no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- FIGUEIREDO, Cândido de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa, 1913.
- GAGLIARDI, José Mauro. *O Indígena e a República*. São Paulo, Editora HUCITEC, 1989.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural na Esfera Pública*. São Paulo, Editora UNESP, 2014.
- LIMA, Luiz Costa. *O Controle do Imaginário: razão e imaginação nos tempos modernos*. Rio de Janeiro – RJ, Editora Forense Universitária, 1989.
- MERCIER, Paul. *História da Antropologia*. Rio de Janeiro - RJ. Editora Eldorado, 1974.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo – SP, Companhia das Letras, 2009.
- MONTEIRO, John Manuel. Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo. Campinas – SP, Tese apresentada para o concurso de livre docência na UNICAMP, 2001.
- MORIN, Edgar. *Cultura e Barbárie Europeias*. Rio de Janeiro – RJ, Editora Bertrand Brasil, 2009.
- MUNDURUKU, Daniel. *O Caráter educativo do movimento político indígena brasileiro (1970 – 1990)*. São Paulo: Editora Paulinas, 2012.
- OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures. Arqueologia e história indígena de Minas Gerais: os carijós de Vila Rica. IN.:OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures; OLIVEIRA, Luciane Monteiro. Arqueologia e Patrimônio de Minas Gerais: Ouro Preto. Juiz de Fora – MG, Editora UFJF, 2010.

PALTI, Elias José. *Las Ideas fuera de lugar?* Buenos Aires: Prometeo Libros, 2014.

PAULO DE ALMEIDA, Helena Azevedo. *Nossa Terra é Indígena: sobre terras originárias e a metamorfose de seus povos em caboclos.* Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto em 2022.

PAULO DE ALMEIDA, Helena Azevedo. A mitologia de uma “identidade indígena” única e a sua transmutação em “caboclo”. *Fênix –Revista de História e Estudos Culturais-Janeiro/ Junho de Vol.19Ano XIXnº1, 2022.*

PERLATTO, Fernando. *Esferas Públicas no Brasil: Teoria social, públicos subalternos e democracia.* Curitiba, Appris Editora, 2018.

PRADO JUNIOR, Caio. *A História Econômica do Brasil.* Editora Brasiliense, versão digital, 1945. Disponível em: <http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/index.php?id=Autores&aut=Prado%20Jr,%20Caio>.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo.* São Paulo – SP, PubliFolha 2000.

RITZ-DEUTCH, Ute. Germans and Indians in Brazil: the Transatlantic Construction os Ethnic Identity in the Discourse of Indian Protection. In.: FINGER, Anke; KATHÖFER, Gabi; LARKOSH, Christopher. *KulturConfusão – On German-Brazilian Interculturalities.* Alemanha, De Gruyter, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930.* São Paulo – SP, Editora Companhia das Letras, 2016.

SMITH, Andrea. A violência sexual como uma ferramenta de genocídio. *Espaço Ameríndio,* Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 195-230, jan./jun. 2014.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de. *O Governos dos Índios sob a Gestão do SPI.* In.: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios no Brasil.* São Paulo – SP, Companhia das Letras, 2006.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de. Os Museus de História Natural e a Construção do Indigenismo: notas para uma sociologia das relações entre campo intelectual e campo político no Brasil. Programa de pós-graduação em Antropologia Social, do Museu Nacional, 1989.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de. Sobre Indigenismo, Autoritarismo e Nacionalidade: considerações sobre a constituição do discurso e da prática da proteção fraternal no Brasil. IN.: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (Org.). *Sociedades Indígenas e Indigenismo no Brasil.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1987.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de. *Um Grande Círculo de Paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil.* São Paulo, Editora Vozes, 1995.

TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América: a questão do outro.* São Paulo – SP, Editora Martins Fontes, 2014.

TODOROV, Tzvetan. *A Conquista dos Bárbaros: Para além do choque das civilizações*. Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 2008.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Os últimos Carijós: escravidão indígena em Minas Gerais 1711-1725. Revista Brasileira de História, N. 17, vol. 34, 1997.

WACHTEL, Nathan. A Aculturação. In.: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. História: Novos Problemas. Rio de Janeiro – RJ, Livraria Francisco Alves Editora, 1979.

## DADOS DE AUTORIA

Helena Azevedo Paulo de Almeida

Bacharel, licenciada, mestra e doutora em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). É pesquisadora integrante do Grupo de Pesquisa em História, Ética e Política (GHEP/UFOP), do Laboratório de Ensino de História (LEHIS/UFOP), do Laboratório e Grupo de Estudos de História Política e das Idéias, da Universidade Federal do Espírito Santo (LEHPI/UFES), do Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão sobre Matrizes Antropofágicas e Educação - GEPEMAE na Universidade Federal da Bahia (UFBA), do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da UEMG-Carangola (NEABI/UEMG-Carangola) e do Instituto Histórico e Geográfico do Sul de Minas (IHGSM), onde desenvolve pesquisa em História da Educação, História do Ensino de História, Ensino de História e Ensino de Temática Indígena. Trabalhou no museu de Arqueologia e Etnologia Americana (MAEA/UFJF), da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), no Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, sediado no Escritório técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), na Universidade Federal de Ouro Preto como professora substituta, pelo departamento de História, foi professora e tutora no Centro de Educação a Distância (CEAD-UFOP). Atualmente é colaboradora externa do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IF-SUDESTE), professora do Curso Preparatório Luísa Mahin, em Juiz de Fora, professora e coordenadora da licenciatura em História, na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), em Carangola. E-mail: helenoca@gmail.com , Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6687-6289>.